

Tarifaço, soberania e sobrevivência



» ROBSON CARDOCH VALDEZ
Professor de Relações
Internacionais do IDP

Eduardo Bolsonaro junto ao círculo de aliados mais próximos do presidente Donald Trump no sentido de impor mais danos à economia nacional. Adicionalmente, o Palácio do Planalto fez o anúncio do plano Brasil Soberano, com instrumentos para mitigar os efeitos negativos de curto e médio prazo do tarifaço por meio de subsídios, compras governamentais e outras ações que buscam contemplar as mais diversas especificidades dos setores econômicos atingidos. Já o empresário tenta estabelecer canais próprios de diálogos com atores norte-americanos que possam influir positivamente nesse processo de negociação junto ao governo norte-americano, em favor dos interesses do setor privado nacional.

Nesses últimos 30 dias, tem-se falado também, de forma intuitiva, na necessidade de se diversificar parcerias comerciais brasileiras, mas faz-se necessário ressaltar que esse movimento já está em curso há duas décadas. Em 2003, 25% das exportações brasileiras tinham os Estados Unidos como destino. No ano passado, esse percentual foi de 12%. Nesse sentido, precisamos avançar ainda mais nesse processo, empreendendo esforços para ampliar mercados na região sul-americana. Daí a centralidade de se fazer avançar os projetos brasileiros de infraestrutura dos cinco corredores bioceânicos para promover a integração de cadeias produtivas na América do Sul, mercado consumidor de produtos manufaturados brasileiros com grande potencial de expansão.

Por fim, o tarifaço de Trump parece ser mais um sintoma do colapso da ordem internacional estabelecida a partir de 1945, em que caberia aos Estados Unidos atuarem como ator hegemônico estabilizador de uma suposta ordem internacional liberal. Nesse cenário, a questão

que se impõe é: seriam as medidas unilaterais dos Estados Unidos uma ação premeditada de desmonte do multilateralismo, pilar da ação internacional dos países do Sul Global?

Adicionalmente, a pandemia da covid-19, a nacionalização estratégica de cadeias produtivas estratégicas e as guerras em Gaza e na Ucrânia evidenciam um cenário internacional cada vez mais instável. Além disso, o desrespeito sistêmico ao direito internacional por parte de potências ocidentais aprofunda a erosão dos mecanismos multilaterais de governança. Assim, a sociedade brasileira precisa entender que, para o Brasil, altamente sensível aos fenômenos externos e vulnerável em sua capacidade de se posicionar estrategicamente (nos campos da defesa e da economia), esse contexto representa riscos consideráveis, inclusive o existencial. Não se pode desconsiderar que tudo em qualquer parte do mundo pode ser uma ameaça potencial à segurança nacional dos Estados Unidos. Desde o comércio da 25 de março, passando pelo Pix e pelas queimadas na Amazônia até as supostas conexões brasileiras com o terrorismo ou narcotráfico internacional.

Percebam que, quando instituições (ONU e suas agências) criadas para mediar conflitos e assegurar regras comuns perdem eficácia (tarifaço, Ucrânia, Gaza), abre-se espaço para o avanço do protecionismo econômico, da lógica de soma zero e, em casos extremos, do armamentismo como garantia de sobrevivência estatal (Otan). Dessa forma, a ausência de confiança entre os países, aliada à anarquia crescente do sistema internacional, tende a transformar qualquer controvérsia em potencial foco de conflito bélico, uma vez que a cooperação cede lugar à busca unilateral por poder e segurança.

Há 30 dias, entrou em vigor o tarifaço de Trump, que elevou em 50% as tarifas de importação sobre produtos brasileiros e afetou 36% das exportações para os EUA. A medida, apoiada por Eduardo Bolsonaro, foi justificada como esforço dos Estados Unidos para reindustrialização e equacionamento de déficits comerciais do país, mas também pressionou o Brasil a anular o julgamento contra Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado.

Na economia, os efeitos do tarifaço vêm sendo sentidos de forma significativa: quebra de contratos e renegociações desvantajosas para brasileiros e norte-americanos que não encontram, no curto prazo, alternativas, dada a peculiaridade da relação comercial estabelecida há muitos anos. Da mesma forma, o reposicionamento dessas empresas em outros mercados não acontece de forma automática e tem efeito sobre as cadeias produtivas em que estão inseridas, diminuindo a lucratividade do setor, com repercussões negativas sobre renda e empregos. Enfim, estamos diante de um desafio comercial e geopolítico com várias dimensões.

O governo federal tem se posicionado de forma moderada, buscando estabelecer canais legítimos de diálogo para consultas bilaterais, na contramão de toda articulação lesa-pátria de



Conservar a floresta começa com pensar a educação de jovens



» MARIA ROSA DARRIGO
Gerente de Programa de
Educação do Pulitzer Center
na América Latina

estrutural, mas o investimento, por si só, não resolve: é preciso educação com a vivência local como ponto de partida para pensar as soluções, e uma educação que importe aos jovens.

Nesse cenário, educação e jornalismo são aliados estratégicos. Jornalismo de qualidade revela problemas sistêmicos, denuncia violências sofridas pelos povos da floresta e amplifica o conhecimento e as resistências construídas ao longo de gerações. Uma educação crítica e enraizada nos territórios faz com que jovens reconheçam o valor do saber local e reflitam sobre os desafios tanto locais quanto globais.

A história de Chico Mendes, importante pensador da floresta, ilustra bem o resultado da combinação entre educação e jornalismo. Filho de seringueiros no Acre, teve acesso precário à educação. Seu caminho cruzou com o de Euclides Távora, ex-combatente da Coluna Prestes, que se estabeleceu num seringal próximo. Munido de jornais e de um aparelho de rádio, Távora estimulou em Chico um pensamento crítico, levando-o a refletir sobre os abusos dos "patrões da borracha" e sobre como melhorar a vida dos trabalhadores locais. O próprio Chico lembraria desse processo de formação — em que educação e comunicação se entrelaçam — como pedra fundamental do caminho que seguiu. O que aconteceu com ele deveria ser regra, não exceção.

Os ensinamentos de Chico continuam vivos e extremamente atuais. Os desafios de manter a floresta e seus povos vivos seguem imensos, e a educação e a comunicação são determinantes tanto em territórios com forte organização comunitária, ajudando a reforçar essa condição, quanto em áreas conflagradas, onde conflitos estão em curso ou são iminentes.

Exemplos inspiradores existem. No Médio Juruá, no Amazonas, a professora Clara Machado, do Instituto Juruá, coordenou um curso para docentes da reserva extrativista em que as próprias lideranças comunitárias — reais especialistas em conservação com base comunitária — atuaram como formadoras. A partir de reportagens sobre histórias locais, o curso aproximou escola e comunidade e compartilhou, de maneira sistemática, um acervo de conhecimentos acumulado em anos de luta.

Em uma realidade mais difícil, o estudante yanomami Alfredo Himotono Yanomami e a professora Hanna Limulja, ambos da Universidade Federal de Roraima, desenvolveram um projeto para conscientizar jovens yanomamis sobre os impactos da mineração. A partir de conversas com anciãos e jovens que tiveram experiência no garimpo, reuniram conhecimentos e os compartilharam com jovens via áudios de WhatsApp, simulando as rodas de conversa do povo Yanomami. Utilizar os modos ancestrais, potencializados por ferramentas de áudio, é estratégia eficaz para fortalecer o conhecimento e promover liderança com as novas gerações.

O conhecimento dos povos da floresta não é adereço cultural: é um manual de sobrevivência para a humanidade. É necessário amazonizar o mundo, o que só ocorrerá com a circulação do conhecimento gerado na região. Apostar na formação de jovens lideranças é uma das melhores estratégias para o futuro da floresta — em territórios organizados para consolidar avanços, e em áreas de conflito para promover mudanças. Que esse conhecimento chegue ao mundo para imaginarmos outras formas de restaurar nossa conexão com o único planeta habitável que conhecemos.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (Interina) // circacunha@adabr.com.br

Mais agilidade no ser e existir

O que antes era murmúrio de rua, agora, se converteu em transmissões ao vivo, publicações virais e denúncias compartilhadas em escala massiva. As ferramentas digitais concederam ao cidadão comum a possibilidade de atravessar o abismo histórico entre governantes e governados, realizando uma travessia que não depende mais da mediação de jornais, partidos ou lideranças tradicionais.

Talvez, não imaginásemos que a chegada das tecnologias digitais de comunicação, sobretudo as redes sociais, alimentadas pela internet e pela expansão das chamadas big techs, não alteraria a rotina da política nacional que, até então, caminhava em ritmo lento, quase protocolar, como se seguisse uma partitura herdada do século passado. A rede transformou em protagonistas aqueles que, antes, ocupavam apenas a plateia do espetáculo político. De repente, multidões, até então invisíveis, puderam atravessar, ainda que virtualmente, as barreiras simbólicas que mantinham intocados os espaços nobres do poder, inundando com sua presença os corredores que se julgavam exclusivos e intocáveis.

Esse movimento, longe de ser mero acidente, é consequência natural do caráter expansivo da comunicação em tempo real: quanto maior a opacidade das decisões, mais irresistível se torna o impulso coletivo de investigar, questionar e expor o que permanece guardado. Se, antes, a curiosidade popular se restringia às esquinas, janelas e portas entreabertas, hoje, encontra recursos muito mais poderosos para observar o cotidiano das elites políticas.

A reação institucional, previsível, veio carregada de desconforto e de justificativas solenes. Incomodados com a entrada súbita e desordenada das massas digitais nos domínios do Estado, os detentores do poder passaram a tratar esse movimento como ameaça. O esforço de contenção se traduziu em propostas legislativas, em normas regulatórias e em discursos que evocam a necessidade de proteger a democracia de perigos difusos. As fake news e os chamados discursos de ódio, problemas reais e complexos, surgem nesse cenário mais como pretextos do que como causas; funcionam como máscaras discursivas para justificar medidas cujo objetivo último é restringir a circulação de informações e restaurar a distância confortável entre a população e os núcleos de decisão.

É nesse contexto que se inscreve a discussão em torno do Projeto de Lei nº 2.630, apresentado como marco regulatório das redes sociais e, na prática, transformado em campo de batalha sobre os limites da participação popular. O debate formal se concentra nos aspectos técnicos, mas o que está em jogo é algo mais profundo: trata-se de decidir se os cidadãos terão ou não o direito de atravessar o mar simbólico que separa dois territórios. De um lado, a sociedade, desigual e impaciente; de outro, os palácios, espaços onde o poder se protege e se perpetua. Não é casual que a presença das massas nesses ambientes seja lida como ameaça. Desde a formação da República, elites políticas e econômicas empregam mecanismos legais e informais para resguardar privilégios e neutralizar qualquer forma de intromissão popular.

A insistência em justificar restrições à participação digital em nome da ordem, da segurança ou do combate à desinformação revela, mais do que zelo democrático, uma dificuldade histórica de conviver com a transparência. Ao bloquear a entrada do povo nos bastidores do poder, o que se preserva não é a qualidade da informação, mas a estabilidade de um arranjo que depende justamente da distância entre governantes e governados. O incômodo que a multidão causa não reside em sua desorganização ou em sua linguagem rude, mas no simples fato de existir e se fazer presente em um espaço que, por décadas, pretendia ser reservado a poucos.

Em última instância, o que se desenha diante dos olhos é uma coreografia de distrações, cuidadosamente elaborada, para transferir a responsabilidade da crise. Aponta-se a tecnologia como culpada, quando, na verdade, o verdadeiro problema é a incapacidade das elites de aceitar que o monopólio da informação e da narrativa se rompeu. Demonizam-se as redes sociais não porque falham, mas porque cumprem, ainda que de modo imperfeito, a função de colocar o povo em contato direto com os bastidores do poder. É mais fácil responsabilizar o meio do que admitir a fragilidade de um sistema político que se sustenta no silêncio, nas estratégias veladas e na exclusão.

A frase que foi pronunciada

“A ciência e a tecnologia revolucionam nossas vidas, mas a memória, a tradição e o mito moldam nossa resposta.”

Arthur Schlesinger

Sempre improvisado

» Logo que acidentes naturais acontecem no mundo civilizado, as filmagens mostram a reconstrução dos locais em apenas alguns dias. Pontes, prédios, moradias, tudo reconstruído profissionalmente em pouco tempo com a preocupação de devolver a rotina tranquila aos cidadãos. Em Brasília, a lente mostra semáforos quebrados na altura da 513/313 Norte e 515/315 Norte, onde os motoristas atravessariam a W3. A solução não foi consertar o equipamento imediatamente, mas desviar o trânsito do local já por duas semanas.

História de Brasília

O Iate Clube fez um estacionamento mais racional, e pôs um guarda orientando os motoristas. O único que estava errado era o chapa verde e amarelo da Câmara, que não daram o número para não contrariar a senhora que estava utilizando no clube. (Publicada em 9/5/1962)